

CORREIO FLUMINENSE

POR MARCELLO SIGWALT

Prefeitura de Niterói



Após o resgate, réptil retornou ao seu habitat natural

Guarda Municipal de Niterói resgata jiboia de 3 metros

A Coordenadoria de Meio Ambiente da Guarda Municipal da Prefeitura de Niterói resgatou, neste domingo (20), uma jiboia que estava enrolada no muro de uma casa no condomínio Bosque de Itaipu, em Várzea das Moças. Os agentes foram acionados pela moradora da residência, que ligou para a central 153 do Centro Integrado de Segurança Pública

(Cisp) da Prefeitura de Niterói.

O resgate foi de alta complexidade porque o réptil corria grande risco de ferimentos devido às concertinas instaladas no muro. O animal foi avaliado por um veterinário antes de ser reintegrado ao seu habitat natural, na área de preservação ambiental do Parque Natural Municipal de Niterói (Parnit), nesta segunda-feira (21).

Maricá atende aldeia indígena

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, apoiou nessa terça-feira (23) uma ação da Secretaria de Estado de Saúde em alusão ao Julho Amarelo, mês de conscientização às hepatites virais, na Aldeia Indígena Mata Verde Bonita (Tekoa Ka'Aguy

Ovy Porã), em São José do Imbassai. A atividade teve como foco a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) entre as pessoas que vivem no local, com testagem para Hepatite B, Hepatite C, Sífilis e HIV. A iniciativa buscou ampliar a imunização entre os indígenas.

Prefeitura de Iguaba Grande



Documento será obrigatório para manter o seguro defeso

Iguaba Grande garante direitos de pescadores locais

A secretaria de Pesca de Iguaba Grande, em parceria com o Detran-RJ, realizou nesta sexta-feira (18) uma importante ação voltada aos pescadores das colônias Z-29 (Iguaba Grande) e Z-28 (Araruama). A iniciativa possibilitou a emissão gratuita da nova carteira de identidade, documento que passará a ser obrigatório para

a atualização do pedido do seguro defeso a partir de 2025.

Segundo a secretaria de Pesca, a expectativa é atender cerca de 150 pescadores ao longo do processo, garantindo que todos estejam devidamente regularizados para receberem o benefício ainda neste ano. A carteira atende às normas do INSS.

São Gonçalo abre posto do Detran

Um novo posto de atendimento do Detran foi inaugurado, na manhã desta terça-feira (22), em São Gonçalo.

O equipamento fica no Stilo Shopping, em Alcântara, e é fruto de uma parceria entre a Prefeitura de São Gonçalo e o Detran RJ.

No local, serão realizadas exclusivamente emissões de documentos de identidade por equipes da Secretaria de Assistência Social do município, que foram capacitadas pelo Detran, com o intuito de facilitar o acesso dos gonçalenses a esse serviço.

Campos conclui plantio de mudas

A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Campos, por meio do Centro de Educação Ambiental Prata Tavares (CEA), concluiu, na última semana, o plantio de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica às margens do Canal Coqueiros, na Penha.

Entre as mudas plantadas, há espécies como Aroeira-pimenteira, Paineira, Angico, Ipê e Sombreiro, totalizando 25 mudas plantadas em todo o trecho. O plantio foi iniciado no dia 11 deste mês, em meio à 19ª edição do programa Prefeitura em Ação, na Penha.

PGE abre edital de acordo direto de precatórios 2025

Iniciativa respondeu por economia de R\$ 159 milhões em 2024

Governo do Rio

O Governo do Estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), abre nesta sexta-feira (25) o Edital de Acordo Direto de Precatórios de 2025, destinado aos credores de precatórios expedidos contra o Estado - incluindo a Administração Indireta, como autarquias e fundações -, no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). No ano passado, o programa gerou economia de mais de R\$ 159,3 milhões aos cofres fluminenses.

Podem solicitar a adesão os titulares de precatórios expedidos pelo TJRJ e apresentados até 2 de abril de 2025, desde que o crédito não tenha sido oferecido em processo de compensação tributária ou tenha sido objeto de penhora. Além disso, o credor deverá concordar com o deságio fixo de 40% (quarenta por cento) sobre o valor atualizado do precatório.

De acordo com o Procurador-Chefe da Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias (CASC) da PGE-RJ, Guilherme Sokal, o primeiro Acordo Direto de Precatórios, de fevereiro de 2024, gerou economia de mais de R\$ 159,3 milhões ao Estado no ano passado.



Para aderir, credor deverá concordar com o deságio fixo de 40% (atualizado) do precatório

Segundo ele, o sucesso da adesão em 2024 foi fruto da clareza das informações ao público, do uso da tecnologia, do cumprimento dos prazos e da cooperação com o TJRJ. "A meta é termos sucesso ainda maior neste ano", destaca Sokal.

Os interessados poderão fazer o pedido de adesão entre 25 de julho e 25 de agosto no site da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) - <https://pge.rj.gov.br/acordo-direto-de-precatorios>. A ini-

ciativa possibilita aos cidadãos o adiantamento do pagamento de seus créditos mediante a aplicação de deságio.

Requisitos para adesão:

- Ser titular de precatório expedido pelo TJRJ e apresentado até 02 de abril de 2025;

- Concordar com o deságio fixo de 40% sobre o valor atualizado do precatório e com a dedução das despesas processuais, dos tributos eventualmente incidentes e de hono-

rários advocatícios contratuais eventualmente reservados;

- Não ter oferecido o crédito em processo de compensação tributária; e

- Não ter tido o crédito penhorado, entre outros requisitos previstos no Edital n. 1/2025 da Presidência do TJRJ da Presidência do TJRJ.

Advogados titulares de precatório autônomo do qual sejam titulares devidamente apontados no ofício requisitório também podem requerer a adesão.

Operação interdita quatro empresas que instalavam GNV irregularmente

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Defesa do Consumidor, o Procon Estadual (Procon-RJ) e a Delegacia de Defesa dos Consumidores (DDSD) realizaram, nesta quarta-feira (23), a operação Pressão Máxima para fiscalizar instaladoras de kits de Gás Natural Veicular (GNV). Ao todo, quatro empresas irregulares foram interditas e os responsáveis encaminhados à delegacia para prestar esclarecimentos.

Em Rocha Miranda, na Zona Norte do Rio, o responsável por uma das empresas vistoriadas admitiu comprar clandestinamente os kits GNV da "loja ao lado", revendendo e instalando no seu estabelecimento, sem qualquer autorização dos órgãos competentes.

No mesmo bairro, outro estabelecimento foi interdito por estar com o extintor de incêndio vencido desde agosto de 2021, colocando o consumidor e funcionários em risco, uma vez que trabalham com materiais inflamáveis.



Kits GNV eram revendidos e instalados sem autorização

Já em Curicica, na Zona Oeste, uma loja foi interdita por apresentar registro vencido desde abril. Em Vila Valqueire, um estabelecimento também foi interdito por não possuir documentação que autorizasse a fazer a instalação e manutenção do GNV nos veículos.

Além dessas irregularidades, os agentes também verificaram ausência do Código de Defesa

do Consumidor, nome fantasia diferente do apresentado na documentação, bem como CNPJs distintos do apresentado na documentação e o disponibilizado na maquininha da loja. Os locais têm até 15 dias para apresentar suas defesas.

Segundo o secretário da SEDCON, Gutemberg Fonseca, fiscalizações como essa são fundamentais para garan-

tir a segurança dos consumidores que utilizam veículos movidos a gás natural, bem como dos próprios instaladores, frentistas e de todos que possam ser atingidos em caso de acidentes.

"Casos recentes de explosões durante o abastecimento com GNV mostram o quanto a instalação irregular pode ser nociva e causar danos irreparáveis, tanto para os consumidores e seus veículos quanto para pessoas próximas, que podem até perder a vida", alertou Fonseca.

O secretário reforça ainda que é essencial que o consumidor esteja atento na hora da instalação do kit GNV.

"Para que uma empresa seja autorizada a instalar GNV, ela precisa passar por diversas inspeções dos órgãos competentes. Ocorre que o estabelecimento emite documentos de homologação, a partir de um endereço legalizado, enquanto o serviço é feito em outro local não autorizado", orientou Fonseca.

Polícia Civil prende criminoso do MA

O Governo do Estado, por meio da Polícia Civil, prendeu, nesta quinta-feira (24), um dos líderes de uma quadrilha responsável por diversos crimes no estado do Maranhão.

O criminoso foi localizado e capturado no bairro Mutuapira, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio. A ação foi realizada pela Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) em conjunto com agentes da Polícia Civil do Maranhão.

"A prisão desse foragido da Justiça mostra a força do trabalho integrado entre as polícias e reafirma o compromisso do nosso governo em garantir a segurança da população. Não vamos permitir que o Rio de

Janeiro seja reduto para bandidos de outros estados se esconderem", afirmou o governador Cláudio Castro.

De acordo com as investigações, o criminoso ocupava função de comando dentro da facção, com poder de decisão sobre ações violentas, aplicação de punições internas e cobrança de valores ilícitos.

Além disso, também era responsável por manter a arrecadação financeira da organização. A organização, da qual o criminoso faz parte, atua em roubos de cargas, tráfico de drogas, latrocínios e extorsões no Maranhão, principalmente na BR-135, em São Luís, capital maranhense.

LDO estadual para 2026 é sancionada

A Lei 10.899/25 que define as Diretrizes Orçamentárias (LDO) do estado para 2026 foi sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada em Diário Oficial extra de terça-feira (22/07). A medida, de autoria do Poder Executivo, estima um déficit para o ano que vem no valor de R\$ 15,98 bilhões, com receita total estimada em R\$ 109,547 bilhões e despesas na ordem de R\$ 125,527 bilhões.

A LDO estima, ainda, déficits de R\$ 19 bilhões, em 2027; e de R\$ 21,5 bilhões, em 2028. O presidente da Comissão de Orçamento da Alerj, deputado André Corrêa (PP) defendeu a rápida adesão do Estado do Rio

ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão das dívidas dos estados com a União. O programa poderá zerar a taxa de juros da dívida fluminense.

Corrêa ainda cobrou outras medidas efetivas do Executivo. "Há previsão de R\$ 6,4 bilhões de déficit primário em 2026, ou seja, o Estado do Rio continuaria no vermelho mesmo tirando os gastos com a dívida fluminense", disse.

Na avaliação de Corrêa, o governo precisa gerir com mais eficiência outras três grandes categorias de gastos: pessoal, previdência e benefícios tributários.